

ÉTICA ECONÔMICA NO PENSAMENTO TEOLÓGICO DO REFORMADOR PROTESTANTE MARTIM LUTERO

ECONOMIC ETHICS IN THE THEOLOGICAL THINKING OF
THE PROTESTANT REFORMER MARTIN LUTHER

ÉTICA ECONÓMICA EN EL PENSAMIENTO TEOLÓGICO
DEL REFORMADOR PROTESTANTE MARTÍN LUTERO

WILHELM WACHHOLZ

● Possui graduação em Teologia pela Escola Superior de Teologia (1991) e doutorado em Teologia pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST (2000), São Leopoldo/RS. Desde 2002, é professor Faculdades EST (desde 2019, professor titular), atuando área de Teologia e História. Desde 2023, assumiu a Cátedra de Pesquisa em Lutero e Luteranismo na Faculdades EST. Suas áreas de pesquisa e ensino são História do Cristianismo (História e Teologia - Lutero, Zwinglio, Calvino - da Reforma do século XVI e da Igreja na América Latina - catolicismo e protestantismo), História Medieval e Moderna (ênfase especial no pensamento do século XIX, na história da imigração alemã no Brasil e cristianismo protestante), História e Historiografia pela perspectiva da História Cultural. É coordenador do PPG-EST da Faculdades EST, membro do Global Network Research Center for Theology Religious and Christian Studies e Presidente da CEOL (Comissão Editorial Obras de Martinho Lutero).

RESUMO

Deus é autor da vida a partir da criação da boa economia, enquanto o diabo, pervertendo a economia, se alia ao usurário e comerciante fraudulento, que se tornam “devoradores” e “homicidas” de pessoas necessitadas. Esta é a compreensão do reformador protestante Martin Lutero quando a economia favorece ricos, drenando a riqueza de pessoas pobres e necessitadas. Neste ponto, a crítica de Lutero tem atualidade com a lógica da concentração de riqueza por países, grupos empresariais, ou pessoas individualmente. O objetivo deste artigo é analisar o pensamento sobre economia de Lutero a partir de textos primários. De um lado, Lutero denuncia abusos econômicos, seja pela usura e negócios fraudulentos; de outro, oferece impulsos teológicos para uma ética econômica cristã diaconal e solidária, especialmente em favor das pessoas mais necessitadas, e princípios racionais de governo para justiça social e econômica.

Palavras-chave: Martin Lutero. Economia. Ética. Protestante

ABSTRACT

God is the author of life based on the creation of the good economy, while the devil, perverting the economy, allies himself with the usurer and fraudulent merchant, who become “devourers” and “murderers” of needy people. This is Protestant reformer Martin Luther’s understanding when the economy favors the rich, draining wealth from poor and needy people. At this point, Luther’s criticism remains current considering the logic of the concentration of wealth by countries, business groups, or individual people. The purpose of this article is to analyze Luther’s thought on economics, based on primary texts. On one hand, Luther denounces economic abuses, whether through usury and fraudulent business; on the other hand, he offers theological impulses for a diaconal and solidary Christian economic ethics, especially in favor of the neediest people, and rational principles of government for social and economic justice.

Keywords: Martin Luther. Economy. Ethics. Protestant

RESUMEN

Dios es autor de la vida a partir de la creación de la buena economía, mientras que el diablo, al pervertir la economía, se hace aliado del usurero y comerciante fraudulento, que se vuelven “devoradores” y homicidas de las personas necesitadas. Esta es la comprensión del reformador protestante Martín Lutero cuando la economía favorece a los ricos drenando la riqueza de personas pobres y necesitadas. En este punto, la crítica de Lutero tiene actualidad con la lógica de la concentración de riquezas por países, grupos empresariales o por personas individualmente. El objetivo de este artículo es analizar el pensamiento sobre la economía de Lutero, a partir de sus primeros textos. De un lado, Lutero denuncia abusos económicos, sea por la usura y negocios fraudulentos, de otro lado, ofrece impulsos teológicos para una ética económica cristiana diaconal y solidaria, especialmente, en favor de las personas más necesitadas, también ofrece principios racionales de gobierno para la justicia social y la economía.

Palabras clave: Martín Lutero, Economía, Ética, Protestante.

INTRODUÇÃO

Martim Lutero (1483-1546), reformador protestante do século XVI, ousou uma teologia interdisciplinar, abordando, por exemplo, temas como direito, política, economia, ainda que não fosse – e reconhecia isso! – um especialista nestes assuntos¹. Nossa intenção aqui também não é abordar propriamente a ciência econômica, mas, a partir da teologia, refletir o tema da economia na perspectiva da ética teológica de Lutero, especialmente no que diz respeito aos seus impactos na sociedade. Iniciaremos com exemplos pautados nas mídias no primeiro semestre de 2023.

Em 24 de abril de 2023, a *Revista Exame* (Da Moda à Hotelaria, 2023), publicou a notícia de que a empresa gigante do setor de artigos de luxo LVMH havia se tornado a primeira empresa da Europa a superar o valor de meio trilhão de dólares em valor de mercado. Basicamente o aumento de valor da empresa se deve ao aumento de vendas de seus produtos na China e ao aumento do valor do euro. A LVMH se tornou a empresa mais valiosa do mundo – big techs como a Amazon, Tesla, Apple também estão no rol das mais valiosas. No caso da LVMH, no entanto, o seu dono se tornou o homem mais rico do mundo. Trata-se de Bernard Arnault, acionista majoritário da empresa, que detém aproximadamente 48% das ações da empresa. Com sua fortuna, ultrapassou Elon Musk, dono da Tesla, SpaceX, Twitter etc., que se tornou o segundo homem mais rico do mundo.

Eduardo Moreira (2023) analisou a valorização da LVMH no contexto da (pós)pan-
demia da COVID-19, período em que morreram milhões de pessoas. No contexto da
pandemia, aproximadamente quatro bilhões de pessoas viviam na pobreza e um conti-
nente quase inteiro continuou esquecido: a África! No contexto de pandemia e pobreza,
não uma empresa voltada para melhoramento da dignidade da vida se tornou a mais
valiosa da Europa. Trata-se de uma empresa voltada para venda de produtos de super-
luxo, que detém marcas com Louis Vuitton, Dior, Givenchy, Fendi, Tag Heuer, Tiffany,
Bvlgari, Kenzo, Loewe, Berluti etc. Este conglomerado de marcas vende produtos que
99,9% da população não pode comprar. No quarto trimestre de 2022, esta empresa valia
menos de 300 bilhões de dólares. Em abril de 2023, portanto, em cerca de seis meses,
teve aumento de valor para mais de 500 bilhões de dólares, ou seja, quase dobrou seu
valor de mercado.

¹ Apesar disso, Karl Marx descreveu Lutero como “o mais antigo economista político alemão.” MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected Works*. Nova York: International Publishers, 1975. p. 448.

Moreira (2023), então, apresenta um gráfico comparando o crescimento de valor da LVMH com o aumento da pobreza, segundo o Banco Mundial, neste mesmo período, isto é, setembro de 2022 e março de 2023. O número de pessoas que vive com menos de US\$ 2,15 por dia aumentou de 648 para 659 milhões. Na segunda faixa de pobreza, a saber, pessoas que vivem com até US\$ 3,65 por dia, o número aumentou de 1.803 bilhão para 1.831 bilhão de pessoas. Pessoas que vivem com até US\$ 6,85, o número aumentou de 3.590 bilhões para 3,634 bilhões de pessoas. Portanto, nas três faixas de pobreza, segundo o Banco Mundial, a pobreza cresceu no período de setembro de 2022 a março de 2023.

Assim, se de um lado uma empresa de produtos superluxo teve seu valor de mercado quase dobrado, de outro lado a pobreza se agravou, evidenciando uma enorme contradição. Ainda segundo Moreira (2023), outras marcas de luxo – por exemplo, a Porsche – também tiveram aumento de suas vendas. Ao final, Moreira advoga por um novo modelo de planeta, onde as empresas bem sucedidas sejam aquelas que melhoram a condição de vida das pessoas e não as empresas voltadas para exibição de egos e vaidades de poucos. Para Moreira, é necessário travar uma guerra contra o modelo de mundo voltado para uma elite de 0,01% da população. Segundo o analista, empresas como a LVMH vivem de alimentar desejos e, direta ou indiretamente, acabam por provocar tragédias humanitárias.

Segundo exemplo: No dia 20 de março de 2023, o vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2001, o professor Joseph Stiglitz, da Universidade Columbia, dos Estados Unidos da América, afirmou que a taxa de juros brasileira “vai matar qualquer economia” (TAXA de juros no Brasil é “chocante”, 2023). Segundo Stiglitz, a atual taxa da Selic é “chocante”. Ele chega a considerar esta taxa de “uma pena de morte”. Stiglitz, além de afirmar que a taxa de 13,75%, (descontada a inflação, os juros reais giram em torno de 8% ao ano) inibe a competitividade, acrescenta: “Há essa compreensão profunda hoje em dia de que os mercados sozinhos não solucionam problemas societários, até na área de economia. [...] Os mercados têm uma visão míope, não tratam de problemas a longo prazo, de risco e resiliência.” Se considerarmos que a cobrança de juros de pessoas consumidoras pode atingir cifras superiores a 400% ao ano, igualmente podemos concluir que o sistema de crédito brasileiro se constitui em sistema de perversa distribuição de renda, aprofundando o abismo entre ricos e pobres. A partir destes dois exemplos, voltemos cerca de 500 anos na história, ao tempo do reformador Martim Lutero, para resgatar nele reflexões sobre a ética econômica.

VOLTANDO 500 ANOS... ECONOMIA EM MARTIM LUTERO

Nossa intenção não é fazer uma análise moralista de riqueza e pobreza. Também não propomos uma discussão propriamente da ciência econômica. A pergunta fundamental que nos move é a reflexão da ética econômica, isto é, sobre a indignidade da vida humana resultante da concentração de riqueza. A discussão sobre este tema pode ser encontrada no reformador protestante Martim Lutero, denunciando abusos nas práticas comerciais e de juros/usura. Evidentemente, o século XVI de Martim Lutero é muito diferente do século XXI, por isso, “soluções” apresentadas por ele para o seu tempo não necessariamente devem ser tomadas como adequadas. Ainda assim, impulsos teológicos para uma ética econômica e princípios racionais de governo para justiça social e econômica podem ser relevantes ainda cinco séculos mais tarde.

O pensamento sobre economia em Lutero pode ser verificado de forma transversal em diversos escritos. Mais destacados escritos sobre o tema são *Comércio e Usura* (1524), (*Sermão Sobre a Usura* (1520/1524), *Prédicas Semanais sobre Mateus 5-7* (1530/32) e *Aos Pastores, para que preguem contra a usura* (1540). Para nosso estudo, nos concentraremos principalmente na análise dos dois últimos escritos, além do *Catecismo Maior* (1529) e da *Preleção sobre Gênesis* (1545). Iniciamos por este último escrito, fruto de cerca de dez anos de atividade docente de Lutero na cátedra de Bíblia da Universidade de Wittenberg.

Em sua *Preleção sobre Gênesis*, Lutero (2014, p. 134-135) localiza a gênese dos três estamentos na criação do mundo e na queda no pecado de Adão e Eva:

Essa é a instituição da Igreja, antes que houvesse organização econômica e política, pois Eva ainda não fora criada. A Igreja é instituída sem muros e sem qualquer pompa, num lugar muito amplo e agradável. Depois da instituição da Igreja, organiza-se também o regime doméstico, quando se dá Eva a Adão como parceira. Dessa maneira, o templo é anterior à casa, o que [aliás,] também é melhor. Tampouco houve organização política antes do pecado, porque não era necessária. Pois a organização política é o remédio necessário para a natureza corrompida. A paixão precisa ser reprimida pelos grilhões da lei e pelos castigos, para que ela não vagueie livremente. Por isso, chama-se corretamente a organização política de reino do pecado, assim

como Paulo chama Moisés de ministro da morte e do pecado. Pois é exclusiva e principalmente isto que a organização política faz; conter o pecado, conforme diz Paulo: “A autoridade carrega a espada para a punição dos maus” (Rm 13.4).² Portanto, se os seres humanos não tivessem se tornado maus através do pecado, a organização política não teria sido necessária, mas Adão teria vivido com seus descendentes na máxima tranquilidade e teria realizado mais mexendo um só dedo do que podem realizar agora todas as espadas, instrumentos de tortura e machados. Não teria existido assaltante, homicida, ladrão, difamador, mentiroso. Ora, que necessidade teria havido de leis, de organização política, que são como um cautério e um remédio terrível por meio do qual se amputam membros nocivos para salvar as demais?

Em uma de suas *Conversações à Mesa (Tischreden)*, intitulada *Von dreierlei göttlichen Ständen (Das Três Espécies de Estamentos)*, Lutero (Luther, 1959, 143-144; Barth, 2009, p. 429) caracteriza assim os estamentos: O primeiro é o estamento doméstico (*oeconomia*), que engloba matrimônio, família e produção/economia; o segundo é o estamento político e secular (*politia*), que abrange sociedade e política; e o terceiro abrange a Igreja (*ecclesia*) em seu sentido terreno e institucional, embora seu caráter espiritual também deva ser incluído, e o ministério sacerdotal. Segundo Lutero, a pessoa pertence ao primeiro estamento como pai, mãe, servo ou criada; ao segundo, como cidadão e súdito ou como autoridade; e ao terceiro, como ministro, capelão, sacristão ou servo semelhante, e como criatura a quem Deus dirige sua palavra. Isso é assim porque o ser humano nasce do matrimônio, é julgado pelo Estado e é tornado bem-aventurado pelo Evangelho que é pregado pelo sacerdócio.³

2 A concepção de Lutero sobre o governo nesta citação é bastante negativa. Abaixo retornaremos sobre este tema na relação com a concepção de Lutero sobre a função do governo em favor da paz. Para maior aprofundamento, contudo, indicamos a análise de Bayer sobre este tema em BAYER, 2007, p. 106-109.

3 Não é nossa intenção aqui discutir sobre limitações e sobre possibilidades e dificuldades de atualização destes modelos de estamentos a partir de Lutero. Sobre isso, veja STÜMKE, 2007, p. 144-146; BAYER, 2007, p. 87; BARTH, 2009, p. 422-423. Independentemente de os estamentos, conforme concebidos por Lutero, retratarem ou não o ser humano atual e suas relações sociais, a proposta de Lutero continua válida no sentido de subsidiar a pergunta pela ética individual e social e de como a pessoa cristã pode ser cooperadora ativa na sociedade através de “boas obras”. Além disso, os estamentos auxiliam no sentido de estabelecer parâmetros sociais, o que nos parece extremamente válido numa sociedade pós-moderna que tende à desregulamentação, desestruturação, fragmentação. A título de exemplo, citamos Stümke que desdobra os três estamentos em nove níveis: 1) Família, Economia; 2) Executivo, Legislativo e Judiciário; 3) Igreja, Escola, Cultura, Mídias. STÜMKE, 2007, p. 145.

Segundo Westhelle (2013, p. 317, 322-323), o significado de “economia” no pensamento de Lutero abrange, em seu sentido original, os meios de sustentação (produção) e multiplicação (reprodução) da vida. A cultura moderna relegou o primeiro ao âmbito público e o segundo ao âmbito privado da vida. Lutero, diferentemente, concebeu a economia como uma unidade de produção e reprodução da vida. A produção diz respeito aos meios que visam à sustentação da vida; e a reprodução à sexualidade e multiplicação da vida. Por esta razão, Lutero concebia a economia não como “mercado”, mas como a complexidade a partir do “governo doméstico” de produção e reprodução. A economia, então, era concebida a partir da casa, a partir do homem e da mulher os quais, pelo matrimônio, são cooperadores da economia de Deus em favor da vida.

Para Lutero (2014, p. 81 128, 246; Asendorf, 1998, p. 315, 327-328, 335), a árvore da vida deve ser interpretada como sendo o templo, altar e púlpito (*ecclesia*). Neste lugar, Adão e Eva deveriam prestar obediência e gratidão a Deus pela economia, isto é, a criação de Deus. Neste lugar, deviam agradecer pelo serviço de Deus (*Gottesdienst*) ao ser humano, ou seja, a providência divina. Adão e Eva, contudo, fugiram da presença de Deus. Distantes da árvore da vida, só encontraram insegurança e a ira de Deus. A voz de Deus, que busca por Adão e Eva fugitivos, é manifestação da lei do pecado e da morte e, simultaneamente, do Evangelho da paz e da vida.

Conforme Lutero (2014, p. 116, 118, 136, 246, 254, 256; Bayer, 2007, p. 128; Asendorf, 1998, p. 334), o pecado se evidencia no fato do ser humano não crer em Deus (primeira tábua da Lei) e Sua providência. O ser humano foi criado por Deus como ser humano em comunicação com Deus. A comunicação com Deus, evidenciada pela fé-confiança, é garantia de sua vida. Portanto, Adão e Eva foram criados para, em comunhão, no sábado do descanso, prestarem culto a Deus, como resposta ao serviço de Deus (*Gottesdienst*). Deus, que providenciou a “boa economia” para a preservação da vida, quer a gratidão em culto. Portanto, bastava dar ouvidos a Deus e crer/confiar. O não-dar-ouvidos se tornou desobediência de forma que a incredulidade conduziu Adão e Eva, separados, da vida para a morte. A vida, que era a natureza original do ser humano, foi desnaturalizada pelo pecado e pela morte.

O PECADO E OS ABUSOS ECONÔMICOS

Tudo o que Deus criou, ou seja, a “boa economia”, foi corrompido pelo pecado. O pecado é aversão e separação do ser humano de Deus. Pelo pecado, o ser humano se encurva em si mesmo e fecha-se em si mesmo. Neste movimento, a própria auto-relação do ser humano, que originalmente estava em identidade com Deus, torna-se egocentrada, monóloga, autor-referente. Em sua *Preleção sobre Gênesis*, Lutero (2014, p. 60, 144; Bayer, 2007, p. 127-128⁴) concebe que o autofechamento se expressa através da separação inicialmente em relação a Deus e, na sequência, de Adão com Eva e vice-versa, e, por fim, de ambos em relação à criação como um todo. Como pecador, passou a construir imagens idolátricas, ao invés de louvar em culto a Deus.

O pecado tem sua origem na dúvida e a conseqüente incredulidade. Foi o “talvez” (Gn. 3.3) do diabo que separou o ser humano da fé em Deus. A obra do diabo é exatamente esta: separar, afastar, criar des-comunhão (*diabolein*). Com o “talvez”, o diabo atacou a fé, suscitou a dúvida e a incredulidade, que se tornaram, então, fonte do pecado. Ao se afastar da árvore da vida, do culto do sábado, Adão e Eva pecaram, construindo outro deus, outro culto, em outro lugar, que nada mais foi que idolatria (Lutero, 2014, p. 172, 176-179; Asendorf, 1998, p. 334). “[...] Perdida a fé, seguem-se incredulidade e idolatria que transferem a glória de Deus para as obras.” (Lutero, 2014, p. 173) Concretamente, Lutero interpreta que a idolatria faz com que o ser humano, afastando-se de Deus (quebra dos três primeiros mandamentos da primeira tábua), peque também contra o próximo (portanto, os mandamentos da segunda tábua) (Lutero, 2014, p. 173).⁵ E nisso estão precisamente as raízes dos abusos econômicos, a saber, na idolatria.

Bayer, a partir de Lutero, relaciona o pecado da idolatria com a avareza. Conforme Bayer, para Lutero, a avareza evidencia o pecado humano por excelência. A avareza expressa o isolamento e a ingratidão humanas, pois, ao invés de, em gratidão, compartilhar, passar adiante, deixar fluir o que recebe de Deus, retêm para si, interrompendo

4 Veja também BAYER, 2007, p. 130-131; ASENDORF, 1998, p. 316, 321, 335; BARTH, 2009, p. 191-196, 207.

5 Citemos Lutero: “Portanto, depois que se descartou a primeira tábua, descarta-se também a segunda, quando a luxúria ocupa o primeiro lugar, ou o principal, e despreza a procriação e se torna simplesmente bestial, embora Deus tenha instituído o casamento como auxílio para a nossa natureza fraca e, especialmente, para a procriação. Mas quando a luxúria se torna vitoriosa desse modo, os mandamentos precedentes e seguintes caem por terra. Não se poupa a honra aos pais, não se se abstém de homicídios, toma-se a propriedade alheia, proferem-se falsos testemunhos.” LUTERO, 2014, p. 257.

o ciclo da vida. Por esta razão, a avareza revela o ser humano encurvado e fechado em si mesmo. Bayer provoca a seguinte pergunta: “O que tens que não recebeste?” Ao que responde: “Essa pergunta é capaz de transformar nosso olhar, sim, nosso coração – e assim o nosso ser e ter, juntamente com a distribuição dos bens desta Terra” (Bayer, 2007, p. 221).

Lutero (2014, p. 174, 234, 235) concebe o diabo não em perspectiva de pervertor da moral, mas como homicida⁶ ao “incitar o ser humano para a idolatria.” Ao afastar o ser humano de Deus, o diabo o seduz, com a promessa de que pode tomar posse de tudo (Lutero, 2014, p. 174). O diabo não nega Deus, mas perverte “[...] a Palavra e a vontade de Deus como pretexto àquilo que o desejo sugere” (Lutero, 2014, p. 182). A justiça original, caracterizada pela co-habitação e co-existência justas, é anulada e o pecado original resulta em perversão das relações econômicas (Lutero, 2014, p. 187, 191, 198). Por sua vez, o pecado é justificado de forma que o ser humano se autojustifica, defendendo seu pecado como justiça. (Lutero, 2014, p. 202). Os “sucessos financeiros/econômicos/materiais”, por exemplo, são justificados como “sorte” ou “bênçãos” nos negócios, ao invés, de avareza.

A idolatria, então, é resultado do autofechamento do ser humano, construindo suas imagens idolátricas. Ao invés de uma “inter/extra-comunicação”, o ser humano somente ainda se “auto-comunica”, tornando-se egocentrado, egoísta. Neste “auto-relacionamento”, o ser humano busca juntar para si tanto mais que puder. Em seu escrito *O Debate de Heidelberg* (1518), Lutero (1987, p. 51) caracteriza o egoísmo ou a avareza como “hidropisia da alma”, segundo a qual “quanto mais [a alma] bebe, mais sede tem.” Sentido semelhante pode ser encontrado no conceito grego “pleonexia”, que significa “querer mais do que a sua parte, querer sempre ter mais”. Relacionado com a criação, o “pecado da hidropisia ou pleonexia” expressa a privatização do bem coletivo. Portanto, é gerado pelo egoísmo individualista que aniquila a noção do coletivo, do público. O espaço público somente ainda persiste como espaço de guerra, violência, competição e busca da causa individual.

⁶ Para Lutero, “Deus abomina [...] o homicídio; ele quer que os seres humanos se multipliquem na terra. E homicídios a despovoam e causam desolação, como acontece nas guerras. Deus não criou a terra em vão, mas para que ela fosse habitada [...]. Pois sua vontade é a vida, e não a morte. [...] Tudo isso testemunha que Deus não ama a morte, mas a vida, exatamente como, no início, também criou o ser humano não para que morresse, mas para que viesse.” LUTERO, 2014, p. 332.

CRÍTICA AOS GOVERNANTES E ADMOESTAÇÃO AOS PASTORES

Segundo Lutero, os vícios dos abusos econômicos não são combatidos pelos governantes, razão pela qual ele não os poupa de críticas:

Aliás, o fato dos reis geralmente incidirem em tirania e se tornarem demasiadamente cruéis é um pecado que eles têm em comum, enquanto procuram fortalecer sua autoridade. Essa é a origem de muitos males nos governos.

Agostinho narra um determinado prefeito de Antioquia – mais para aterrorizar os demais cidadãos do que pela exigência da situação – que mandou prender um cidadão e exigiu uma grande soma de dinheiro para libertá-lo. Enquanto a esposa dele corre, ansiosa, de um lado para outro e se preocupa em conseguir o dinheiro, ela se depara, por acaso, com um cidadão muito rico. Ele lhe prometeu a soma de dinheiro se ela lhe disponibilizasse seu corpo, pois era uma mulher extraordinariamente linda. Oprimida pela necessidade, ela expõe a situação ao marido preso e, aconselhada e animada por ele – pois desejava livrar-se da prisão – ela aceita a condição. Depois de satisfeito seu desejo, o homem rico manda a mulher embora, dando-lhe um saco cheio não de ouro, mas de areia. Quando a mulher percebe que foi enganada, ela expõe a situação ao marido. Então, o prefeito, muito indignado com o fato, reconhece que esse pecado fora propiciado pela sua falta de ponderação, sendo excessivamente severo ao fazer o uso de seu direito. E diz: “Esse pecado fui eu que cometi.” Em consequência, ele liberta o marido imediatamente da prisão sem custos e [ainda] lhe dá de presente todas as riquezas do homem rico que enganara tão deploravelmente a pobre mulher.

É assim que costumam agir reis e príncipes. Como estão acostumados à tirania, muitas vezes pecam. Esses pecados estão ocultos, porque resultam do costume dos tiranos. Por isso, os magistrados não os veem nem os percebem, pois creem que se trata de uma forma de premiar o seu poder. Mas, por fim, Deus revela esses pecados e os pune severamente, como o vemos aqui, no caso de faraó.

Portanto, esta passagem serve para concluirmos que todos nós, mas principalmente reis, príncipes e outros magistrados inferiores, estamos cheios de pecados. Pois, ou eles costumam fechar os olhos para os pecados dos súditos e negligenciar o seu dever, ou abusam do seu poder e são demasiadamente severos para resguardar sua autoridade e sua dignidade. (Lutero, 2014, p. 407-408).

Lutero denuncia também autoridades, nobres, cidadãos e camponeses “evangélicos”. Para o reformador protestante, os evangélicos deveriam agradecer a Deus por terem sido libertos da “fornalha de ferro do papa” e das “trevas da ignorância”. Mas nada disso se poderia ver, segundo ele. Pelo contrário, “todos se empenham unicamente para acumular riquezas e oprimir os outros por meio de enganos, fraudes e injúrias, para seu próprio enriquecimento.” (Lutero, 2014, p. 458.). A avareza e a usura reinam e, segundo Lutero, os magistrados são coniventes, ao invés de punir estes males (Lutero, 2014, p. 461).

Em *Aos Pastores, para que preguem contra a usura*, Lutero tece fortes críticas aos abusos cometidos por aproveitadores. A Alemanha atravessava grave crise econômica. Neste contexto, Lutero escreve aos pregadores: “Peço em nome de Deus a todos os pregadores e párocos que não queiram calar-se nem deixar de pregar contra a usura, admoestar e alertar o povo.” (Lutero, 1995, p. 447). O reformador sabe que a usura, ou seja, ganho desenfreado em detrimento da pobreza alheia, está estabelecido e naturalizado. Ainda assim, o clamor é necessário e urgente e Lutero solicita que os pregadores também o façam, mesmo que as pregações consigam “arrancar [apenas] algumas pessoas” desta prática. Ele não quer que a usura seja aceita como senso comum na sociedade. A praxe de juros abusivos e vendas exploratórias exigem que “[...] você [pregador] deve falar e não calar, mas mostrar ao povo com clareza e nitidez, que não pode se constituir em serviço ou favor o que é feito contra a palavra de Deus e contra o direito.” (Lutero, 1995, p. 452). O reformador protestante não condena relações comerciais *a priori*; “numa compra justa e honesta não há usura” (Lutero, 1995, p. 493). O combate de Lutero diz respeito ao abuso econômico, a saber, quando

[...] se procuram e se inventam danos que vão às custas do próximo necessitado, [quando] pretende-se cevar-se e tornar-se rico, regalar-se preguiçosa e dolentemente, ou seja, pavonear-se com o trabalho, a preocupação, o risco

e o dano de outras pessoas. Assim fico sentado atrás da estufa e deixo que meus cem florins se empenhem por mim no campo, mantendo-os porém seguros na bolsa, já que é dinheiro emprestado que me está garantido sem nenhum risco ou preocupação. (Lutero, 1995, p. 457)

Para Lutero, “[...] a usura não podia transformar ninguém em escravo” (Lutero, 1995, p. 461). Por isso, considera que um usurário é mais perverso do que um ladrão, razão pela qual “[...] se deva punir um ladrão duas vezes, um usurário porém quatro” (Lutero, 1995, p. 462). Isso deveria ser assim porque “[...] um usurário é um assassino, pois quem suga o alimento de outra pessoa, quem assalta e rouba, esse comete um assassinato de igual tamanho (no que lhe diz respeito) como aquele que deixa uma outra pessoa passar fome até que seja aniquilada.” (Lutero, 1995, p. 463). Por tudo isso, é necessário que os pregadores “provoquem-nos e admoestem-nos, a fim de que coíbam tais diabruras e salvem os pobres!” (Lutero, 1995, p. 465). Lutero critica fortemente os “grandes ladrões”.

É isso, porém, que faz um usurário, ficando, entretimentos, instalado em sua cadeira, embora devesse, com mais justiça, estar pendurado na forca e ser devorado por tantos corvos quanto florins roubou, pressuposto, é claro, que haja nele tanta carne, que tantos corvos possam nela se banquetear. Enquanto isso, porém, enforcam-se os pequenos ladrões, que apenas roubaram [um ou pouco] florins. Já Catão, o inimigo dos usurários, dizia: “Pequenos ladrões estão presos no tronco, grandes ladrões ostentam ouro e seda.” (Lutero, 1995, p. 465)

Segundo Lutero, seria necessário diferenciar entre situações emergenciais e não-emergenciais.

O que é justo onde não há emergência, é injusto em meio à emergência, e vice-versa. Se alguém que não está padecendo fome toma pão da estante do padeiro, ele é ladrão; se, porém, o faz quando está padecendo fome, age cor-

retamente, pois é dever dar-lhe pão e outros bens dessa natureza. (Lutero, 1995, p. 468)

A crítica de Lutero lembra a história de *Os Miseráveis*, no qual o personagem principal, Jean Valjean, era extremamente pobre e estava morrendo de fome, e, por esta razão, roubou um pedaço de pão de uma padaria para comer. Acabou preso por isso e foi condenado a trabalhos forçados. Por fim, após muitos anos, conseguiu fugir da prisão e ser perseguido pelo inspetor Javert, que tinha como lema “fazer a justiça a todo custo”, sem nem considerar a situação de Valjean. *Os Miseráveis* foi escrito no século XIX, durante a época da Revolução Francesa. Ainda assim, a história de *Os Miseráveis* remete à crítica de Lutero, denunciando abusos econômicos que recrudesciam ainda mais a miséria os pobres, os quais sofriam o “peso da lei” por pequenos roubos, enquanto ricos e poderosos, que roubavam à custa dos pobres, permaneciam livres.

Lutero (1995, p. 466) não combatia o lucro fácil, resultado de negócios fraudulentos ou juros/usura abusiva, com base em argumentos morais ou moralistas. Se Deus é autor da vida a partir da criação da boa economia, o diabo, pervertendo a economia, se alia ao usurário, que é basicamente um devorador do próximo. Portanto, diabo e usurário são homicidas. A cobrança abusiva de juros e a usura equivalem a devorar pessoas. Lutero afirma que

um usurário [...] é um assassino positivo. Pois não apenas deixa de socorrer o faminto, mas ainda lhe arranca da boca o bocado de pão que Deus e pessoas piedosas lhe haviam dado para seu sustento. Não se importa que todo o mundo morra de fome, desde que tenha sua usura. (Lutero, 1995, p. 489)

Os usurários podem ser sentidos “em nossa pele. Eles comem de nossa cozinha, bebem a maior parte de nossa adega, escorcham e rapam-nos a tal ponto que sentimos dores em corpo e alma.” (Lutero, 1995, p. 491). Por isso, Lutero é taxativo quanto aos usurários, que imaginam poderiam ter suas consciências apaziguadas com medidas paliativas. Aos pastores, então, alerta: “Afinal, não sou pastor para ir com todo mundo ao diabo, mas para levar todo mundo a Deus.” (Lutero, 1995, p. 467).

UMA ECONOMIA DIACONAL E SOLIDÁRIA

Lutero pode ser considerado relativamente “conservador” em termos sociais. Não pleiteou, por exemplo, por uma “revolução comunista”. Em *Prédicas Semanais sobre Mateus 5-7* (1530/32), admitiu a possibilidade de acúmulo de bens e assim formulou sua compreensão sobre este quesito:

Minha pessoa chamada “cristão” não deve preocupar-se com dinheiro nem acumulá-lo, mas prender-se exclusivamente a Deus em seu coração; exteriormente, entretanto, posso e devo usar os bens materiais para meu corpo e para outras pessoas; no que tange a minha pessoa secular, [devo e posso] acumular dinheiro e fortuna, no entanto, não em demasia, para que não vire um avarento, que só cuida de si próprio e jamais pode ser satisfeito. Pois a pessoa secular precisa ter dinheiro, alimentos e provisões para o seu país, seu povo ou outros que dele dependem. Se possível, dever-se-ia governar como o patriarca José do Egito, com todos os silos e tulhas repletos de provisões, administrando o país de tal maneira que tivesse cobertas todas as suas necessidades, tendo condições com as quais se pudesse ajudar e emprestar às pessoas, distribuindo quando houvesse necessidade; este seria um homem estupendo e um uso correto e cristão dos bens materiais, pois o que um príncipe acumula, ele não o acumula para si próprio, mas como pessoa pública, sim, como pai comum ao país inteiro [...]

Portanto, cada cidade deve acumular o mais possível para as necessidades comuns, e adicionalmente cada paróquia deveria ter uma caixa comunitária para os pobres [...]. [Por isso,] na esfera secular podes ajuntar o quanto conseguires, honradamente e com Deus, não para teu próprio prazer e ganância, mas para suprir as necessidades dos outros. [...]

No entanto, há os que são tão gananciosos que ajuntam e ajuntam e não podem mais parar; a ninguém deixam fazer uso dessas riquezas e inclusive eles próprios não podem aproveitá-las com prazer. (Lutero, 1995, p. 435-436)

Portanto, Lutero não é a priori contra o acúmulo, mas trata-se daquele acúmulo que tem como finalidade a pessoa necessitada. Por exemplo, acúmulo para fins de estoque regulador e anti-especulativo ou como provisão para tempos de crise. A riqueza, em qualquer cenário, jamais pode ter um fim em si mesmo, mas “[...] o melhoramento e a vantagem de seu semelhante [...]” (Lutero, 1995, p. 418).

A economia, concebida como criação de Deus, é sinônimo de vida. Produção e reprodução estão a serviço da vida. A economia se torna sinônimo de morte quando é privatizada pela avaréza idolátrica; quando se torna autônoma da própria vida. Por isso, em perspectiva diaconal e solidária, a economia precisa estar a serviço do melhoramento da vida humana e de toda a criação, em perspectiva de justiça social e sustentabilidade. Lutero se vale de Ambrósio para fundamentar sua ética econômica: “*Pasce esurientem, si no pavisti, occidisti*” – alimente o faminto; se você não o alimenta, é como se o tivesse assassinado (Lutero, 2014, p. 489).

O critério fundamental para a ética econômica, portanto, é a pessoa necessitada. A ética econômica de Lutero, portanto, não parte da perspectiva do comerciante, do credor, do rico, mas da perspectiva da pessoa necessitada, da pessoa devedora, ou seja, da parte frágil na relação econômica. Disso resulta que a economia somente é justa se for humanizada. Em outras palavras, quando a economia se torna um “sistema” à parte da vida humana, torna-se um ídolo e, como ídolo, se torna injusta, escravizante, homicida.

A economia pleiteada por Lutero é, necessariamente, diaconal e solidária. A verdadeira diaconia não é paliativa, que aquietam consciências da pessoa que faz a “boa obra”, mas é aquela que melhora a condição de vida de outrem necessitado. Criticando o papado de sua época, Lutero cita o texto Ezequiel 16.49 (“Têm paz e fartura de pão, mas não estendem a mão para o pobre”) e afirma: “De fato, eles, antes, oprimem os pobres, enfurecem-se contra as pobres igrejas, derramam sangue, precipitam-se sobre os bens, proscvem e empurram para o exílio.” Não bastando isso, “eles procuram encobrir com o seu culto hipócrita e construindo e estabelecendo magníficos albergues, mais para sua própria glória do que para o uso dos pobres.” (Lutero, 2014, p. 418). Neste caso, não se trata de “fé ativa no amor”, mas de obras autoescolhidas, expressão de egoísmo na busca pela salvação própria, e pouco preocupadas com a condição alheia, como denuncia em sua *Preleção sobre Gênesis e Aos Pastores para que preguem contra a Usura* (Lutero, 2014, p. 473, 487, 488, 530; Lutero, 1995, p. 472).

A economia justa e solidária é necessariamente diaconal. É a economia que serve, que está a serviço para pessoa necessitada, buscando dignificar e melhorar a condição da outra pessoa

em suas necessidades. Neste sentido, a Igreja é, essencialmente, instrumento para a economia solidária. Interpretando Gênesis 18, Lutero afirma que,

hospitalidade há em todos os lugares onde quer que esteja a Igreja. [...] Todos nós devemos servir à Igreja e cuidar dela não só ensinando, mas também fazendo o bem e prestando assistência, para que tanto o espírito quanto a carne encontrem, ao mesmo tempo, alívio nela. [E mais:] Em todos os tempos, a Igreja tem sido como um refúgio dos forasteiros e dos pobres [...] E [...] ela é obrigada a praticar obras de misericórdia, alimentar os que têm fome e sede, hospedar os forasteiros, consolar os cativos e visitar os enfermos. [E sobre hospitalidade, acrescenta:] Esse é o significado histórico desse texto [Gn. 18.10], e é um extraordinário louvor da hospitalidade, para que tenhamos certeza de que Deus mesmo está em nossa casa, sendo alimentado por nós, deitado e descansando em nossa casa, sempre que um bom irmão perseguido por causa do Evangelho vem a nós e é acolhido como hóspede. (Lutero, 2014, p. 423)

207

Lutero não concebe somente uma economia solidária de indivíduos para indivíduos. Antes, concebe a economia solidária como ação de um “corpo”, de um coletivo, da Igreja, como ação em favor também de outro coletivo (necessitado). Por esta razão, ele propõe que o caixa da “paróquia” deve manter recursos suficientes, provenientes das ofertas dos fiéis, para suprir as necessidades de pastores, professores, sacristias, escolas, pessoas doentes, inválidas, idosas pobres, órfãos, sem tetos, migrantes etc. Tratava-se, segundo Altmann, de “[...] uma proposta bastante ambiciosa, que praticamente implicava um amplo sistema de seguridade social, algo inusitado, surpreendente e indubitavelmente revolucionário para aquela época” (Altmann, 1994, p. 213-214, 222).

O caráter ético da economia em perspectiva diaconal é bastante enfatizado por Lutero na interpretação dos mandamentos no *Catecismo Maior*, em especial, o quinto e sétimo mandamentos. Segundo a interpretação de Lutero dos mandamentos, a ética não deve ser reduzida ao legalismo, mas despertar para uma ética solidária. Vejamos a interpretação do quinto mandamento. Segundo Lutero, “não matar” significa que “a ninguém devemos fazer mal”, ou

“maleficar a alguém”. Contudo, se limitado a uma interpretação da letra, a ética poderia ter caráter de puro legalismo ou equivaleria à “lei natural”. Por isso, Lutero alerta que o mandamento tem responsabilidade e comprometimento mais amplo para a pessoa cristã. Ele alerta:

[...] transgride este preceito [não matarás] não só quem pratica ações más, senão também aquele que, podendo fazer o bem ao próximo, e obviar, obstar, proteger e salvar, de modo que nenhum mal ou dano lhe suceda no corpo, todavia, não o faz. Assim, se despedes uma pessoa desnuda quando poderias vesti-la, deixaste-a sucumbir ao frio; se vês alguém que sofre fome e não o alimentas, estás permitindo que morra de fome. Da mesma forma, se vês alguém condenado à morte, ou em abertura similar, e não salvas, posto conheces meios e maneiras de fazê-lo, então o mataste. E coisa nenhuma te valerá alegar incumplicidade só porque não entraste com ajuda, conselho e atos, pois lhe negaste a caridade e o despojaste do benefício que lhe teria salvo a vida.

É com justiça, portanto, que Deus chama de assassinos a todos os que em abertura e perigos de corpo e vida não aconselham nem auxiliam. [...]

A intenção real de Deus é, portanto, que não permitamos venha qualquer homem a sofrer dano, e que, ao contrário, demonstramos todo o bem e amor. (Lutero, 1983, p. 423-424)

Semelhantemente Lutero interpreta o sétimo mandamento, “não furtarás”. Segundo ele, neste mandamento “proíbe-se [...] prejudicar o próximo e fazer-lhe injustiça, em qualquer das muitas maneiras que se possam excogitar para diminuir, impedir e denegar posses e bens”. Mas também isso limitaria o mandamento a um legalismo reducionista. Por isso Lutero acrescenta que o mandamento implica também que “[...] promovamos e melhoremos os seus bens, e, se estiver sofrendo por privação do necessário, que lhe ajudemos, compartilhemos e emprestemos, quer se trate de amigo, quer de inimigo” (Lutero, 1983, p. 433).

A ética econômica de Lutero, portanto, é fundamentalmente anti-avarenta, pois somente assim poderá ser solidária. Por consequência, fundamentalmente, não se poderia “possuir

bens”, segundo o pensamento de Lutero. Ou, então, as “posses” não poderiam ser mais do que transitórias, colocadas à disposição do ser humano por Deus para servir o próximo. No *Tratado acerca da Liberdade Cristã*, Lutero afirma:

Vê, de acordo com esta regra, os bens que temos de Deus devem fluir de um para o outro e tornar-se comuns, de sorte que cada qual assuma seu próximo e proceda com ele como se estivesse no lugar dele. Eles fluíram de Cristo e fluem para dentro de nós [...]. De nós eles fluem para dentro daqueles que deles necessitam.

Concluimos, portanto, que a pessoa cristã não vive em si mesma, mas em Cristo e em seu próximo, ou então não é cristã. Pela fé é levada para o alto, acima de si mesma, em Deus; por outro lado, pelo amor desce abaixo de si, até o próximo. (Lutero, 1989, p. 456)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados de maio de 2023, vídeos viralizaram nas redes sociais. Um vídeo mostrava um atendente do Burger King que, impedido de ir ao banheiro, urinou na própria roupa. Em outro vídeo, uma mulher branca celebrava como o iFood trata seus funcionários, enquanto era observada por um entregador sentado na sarjeta, tendo na mão uma garrafinha de água e um pacote de biscoitos amassado. Ainda poderíamos citar os muitos casos de denúncias de trabalho análogo à escravidão. Todos estes casos contrastam com o sucesso de bilionários como Jorge Paulo Lemann, sócio da fraudadora Americanas e também sócio da Burger King. Contrastam também da vida de Bernard Arnault e tantos outros multibilionários. Situações como estas também expõem o perverso sistema econômico e financeiro, responsável pela exploração de grandes massas populacionais. Pessoas como Lemann são aquelas que argumentam contra os direitos trabalhistas, defendendo uma “ifoodização” do trabalho. São pessoas como ele também que não querem a tributação de grandes fortunas. São ricos como Lemann que também incutem na população a solução contra a fome com aumento de uso de agrotóxicos e, de outro lado, o “perigo” que o MST representa – que produz sem agrotóxicos! Nestes casos, a economia foi convertida em idolatria e, mais perverso, sob roupagem de virtude e mérito pelos bons negócios.

O pecado, segundo Lutero, se manifesta no ser humano através da incredulidade no Deus (primeira tábua da Lei) da providência. O ser humano foi criado por Deus como ser humano relacional. O seu caráter relacional é garantia de sua vida. Adão e Eva foram criados para, em comunhão, no sábado do descanso prestarem culto a Deus, como resposta ao serviço primeiro de Deus (*Gottesdienst*), manifesto na Sua *boa* criação. Deus providenciou pela vida de Adão e Eva; bastar-lhes-ia ouvir e crer. O não-ouvir, ou não-dar-ouvidos, se constituiu na desobediência, e a incredulidade os conduziu da vida para a morte. A vida, que era a natureza original do ser humano, foi desnaturalizada pelo pecado e pela morte (LUTERO, 2014, p. 116, 118, 136, 246, 256; BAYER, 2007, p. 128; ASENDORF, 1998, p. 334). Esta é a pregação a ser feita por pastores, denunciando a religião idolátrica e homicida da prosperidade no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. *Lutero e Libertação*; releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ática, 1994.

ASENDORF, Ulrich. *Lectura in Biblia: Luthers Genesisvorlesung (1535-1545)*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1998.

BARTH, Hans-Martin. *Die Theologie Martin Luthers*; eine kritische Würdigung. Gütersloh: Gütersloh Verlagshaus, 2009.

BAYER, Oswald. *A teologia de Martin Lutero*; uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

DA MODA à Hotelaria: LVMH se torna primeira empresa europeia a ultrapassar US\$ 500 bilhões. Disponível em: <https://exame.com/casual/da-moda-a-hotelaria-lvmh-se-torna-primeira-empresa-europeia-a-ultrapassar-us-500-bilhoes/> . Acesso em: 5 de maio de 2023.

LUTERO, Martinho. Aos Pastores, para que preguem contra a Usura (1540). In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. p. 446-493.

LUTERO, Martinho. Catecismo Maior. In: *Os Catecismos*. Porto Alegre: Concórdia; São Leopoldo: Sinodal, 1983. p. 406-447.

LUTERO, Martinho. Debate de Heidelberg. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Ale-

ÉTICA ECONÔMICA NO PENSAMENTO TEOLÓGICO DO REFORMADOR PROTESTANTE MARTIM LUTERO

gre: Concórdia, 1987. v. 1, p. 37-54

LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. v. 12, p. 53-530.

LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989. v. 2, p. 435-460.

LUTHER, Martin. *Tischreden*; Ausgewählt und eingeleitet von Karl Gerhard Steck. München: Wilhelm Goldmann, 1959. SCHILLING, Heinz. *Martin Luther*; Rebell in einer Zeit des Umbruchs. 2. Aufl. München: C. H. Beck, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected Works*. Nova York: International Publishers, 1975.

MOREIRA, Eduardo. A notícia mais revoltante do dia. O mundo está perdido... Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BvMHbxnzlVk> Acesso em: 5 maio 2023.

TAXA de juros no Brasil é “chocante”, diz Nobel de Economia... Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/taxa-de-juros-no-brasil-e-chocante-diz-nobel-de-economia/> Acesso em: 11 maio 2023.

STEGMANN, Andreas. *Luthers Auffassung vom christlichen Leben*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. (Beiträge zur historischen Theologie, 175)

STÜMKE, Volker. *Das Friedensverständnis Martin Luthers*: Grundlagen und Anwendungsbereiche seiner politischen Ethik. Stuttgart: Kohlhammer, 2007.

WESTHELLE, Vítor. Poder e Política – incursões na teologia de Lutero. In: HELMER, Christine. *Lutero*: um teólogo para tempos modernos. São Leopoldo: Sinodal, 2013. p. 315-331.